



N.º 03/2024

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 52/2024 – Proposta n.º 10/2024 – GAP – “Empreitada de Reparação de Pavimentos no Concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
 - 2. Deliberação n.º 53/2024 – Proposta n.º 11/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de gestão de canais de cobrança para o biénio 2024-2025” Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
 - 3. Deliberação n.º 54/2024 – Proposta n.º 12/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de lavagem e desinfeção de contentores de 800 litros de superfície em profundidade no Município de Setúbal” Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
 - 4. Deliberação n.º 55/2024 – Proposta n.º 13/2024 – GAP - Renovação do Acordo sobre a implementação de redução tarifária de todas as modalidades de Passes Navegante Municipais de Setúbal**
 - 5. Deliberação n.º 56/2024 – Proposta n.º 02/2024 – GADSEA – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à rede ICLEI – Local Governments for Sustainability**

6. **Deliberação n.º 57/2024 – Proposta n.º 01/2024 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Lallemand Portugal”**
7. **Deliberação n.º 58/20234 – Proposta n.º 14/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à Elaboração do Plano de Urbanização de Setúbal Nascente – Concurso limitado por prévia qualificação n.º 23/2011/DAF/DICP/SECP**
8. **Deliberação n.º 59/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
9. **Deliberação n.º 60/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de segurança e vigilância para o Parque Municipal de Poçoilos, pelo período de 24 meses, podendo ser prorrogável pelo período de 12 meses – Concurso Público n.º 35/2019/DAF/DICOMP/SECOMP**
10. **Deliberação n.º 61/2024 – Proposta n.º 17/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE - Transferência de património do IHRU para o Município de Setúbal - Alameda das Palmeiras, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 62/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – 2.ª Adenda ao contrato de comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal (YMCA Setúbal)**
12. **Deliberação n.º 63/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE - Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Concha, lote 128, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal**
13. **Deliberação n.º 64/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração AA, do prédio sito na Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71, 5.º D, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 65/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DOM – CP 19/2023/DOM - Empreitada “Reabilitação de passadeiras no Município – Passadeiras em pedra e redutores de velocidade no Centro Histórico de Setúbal”: Aprovação do relatório do júri; Não adjudicação e revogação da decisão de contratar; Abertura de procedimento de contratação pública por ajuste direto**
15. **Deliberação n.º 66/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DOM – CP 07/2024/DOM - “PRR Acessibilidades 360 vias públicas”: Abertura de procedimento de contratação pública; Concurso Público**
16. **Deliberação n.º 67/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DCDJ/DISOC – Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – Apoio financeiro 2024 – RETIRADA**
17. **Deliberação n.º 68/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DCDJ/DISOC – GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos - Apoio financeiro 2024**
18. **Deliberação n.º 69/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos Projetos Desportivos Municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas – 1.º Ciclo”**
19. **Deliberação n.º 70/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2023-2024**
20. **Deliberação n.º 71/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao CVA Coletivo de Valorização Artística, Associação – Exposições de artes plásticas**
21. **Deliberação n.º 72/2024 – Proposta n.º 10/2024 – DCDJ/DIJUV – Associação Cultural Sonhacónico – Apoio financeiro**

22. **Deliberação n.º 73/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por dois pedidos de inspeção de elevadores - Processo n.º 102/06**
23. **Deliberação n.º 74/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 601/18**
24. **Deliberação n.º 75/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 765/18**
25. **Deliberação n.º 76/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 02/2006 – Processo n.º 989/01**
26. **Deliberação n.º 77/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DURB/DIGU - Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 9/1984 – Processo n.º 454/83**
27. **Deliberação n.º 78/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DURB/DIGU - Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 11/1992 - Processo n.º 657/90**
28. **Deliberação n.º 79/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DURB/DIGU - Indeferimento de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 46/23**
29. **Deliberação n.º 80/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DURB/DIGU - Indeferimento da pretensão, de alteração de uso – Processo n.º 109/18**
30. **Deliberação n.º 81/2024 – Proposta n.º 26/2024 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 364/22**
31. **Deliberação n.º 82/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DURB/GAPRU - Aprovação condicionada de projeto de arquitetura – obras de alteração, com alteração de utilização de habitação para empreendimento turístico – Processo n.º 237/19**
32. **Deliberação n.º 83/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DURB/GAPRU - Aprovação condicionada de projeto de arquitetura – obras de demolição e construção de edifício destinado a habitação coletiva e comércio/serviços – Processo n.º 340/21**
33. **Deliberação n.º 84/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DURB/GAPRU - Concessão de licença administrativa de alteração de edifício habitacional – Processo n.º 234/22**
34. **Deliberação n.º 85/2024 – Proposta n.º 30/2024 – DURB/GAPRU - Concessão de licença administrativa de alteração de edifício habitacional – Processo n.º 164/22**
35. **Deliberação n.º 86/2024 – Proposta n.º 31/2024 – DURB/GAPRU - Concessão da licença administrativa de alteração e ampliação de edifício de usos mistos – Processo n.º 151/22**
36. **Deliberação n.º 87/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DURB/GAPRU - Indeferimento do projeto de arquitetura – obras de alteração edifício – Processo n.º 347/22**
37. **Deliberação n.º 88/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DURB/DIMOT - Reserva de dois lugares de estacionamento afetos à CMS, na Rua Dr. Henrique Constantino**
38. **Deliberação n.º 89/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DURB/DIMOT - Reserva de dois lugares de estacionamento afetos à Junta de Freguesia de São Sebastião e um lugar destinado ao cidadão com mobilidade reduzida, na Praça General Luís Domingues**
39. **Deliberação n.º 90/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DURB/DIMOT - Atualização de Tarifário dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry a aplicar em 2024**

40. **Deliberação n.º 91/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DURB/DIMOT - Projeto do Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal**
 41. **Deliberação n.º 92/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DURB/GARIU - Painel Publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 6/17**
 42. **Deliberação n.º 93/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DURB/GARIU - Painel Publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 7/17**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexo registado sob o n.º 4;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Felicitou a comunicação da Câmara Municipal no que respeitava às medidas de apoio às famílias e às empresas que ali foram aprovados no final do ano, particularmente na mensagem transmitida no que se referia à redução da participação variável do IRS, de 4% para 3,5% e na redução do IMI de 0,4% para 0,37%. Consideravam que aquela mensagem e como era transmitida refletia um rebate de consciência do executivo, tendo votado contra as propostas da redução fiscal. Um rebate de consciência de quem abdicou de fixar a política fiscal naquele município. Percebera finalmente a bondade, a justiça, a responsabilidade e a pertinência que foi a aprovação daquelas propostas. Fazia votos, quando no decorrer do presente ano a oposição apresentasse novamente propostas de fixação dos impostos municipais, o executivo CDU tivesse a mesma compreensão sobre a justiça, a responsabilidade e a pertinência, como tinha em face da comunicação que decidira fazer.

Disse estarem perto de assinalar um ano sobre o encerramento do troço entre a praia da Figueirinha e a praia de Galapos.

No decurso de 2023 tiveram muito pouca informação sobre aquilo que era a circunstância de risco, o qual se mantinha, caso contrário o troço não estaria encerrado, mas acima de tudo as medidas que eram ponderadas para mitigar e eliminar aquele risco e permitir a abertura do trânsito naquele troço. Quando se assinalava um ano desde aquele encerramento, questionou qual seria o ponto da situação.

Disse que gostaria de abordar um tema que lhes parecia que se revestia de uma certa complexidade, para a qual alertavam, o qual estaria relacionada com o fim do projeto-piloto de mobilidade partilhada. Foi publica num órgão de comunicação social, com declarações que consideraram bastante relevantes por parte de um dos responsáveis da BOLT. Na verdade, as bicicletas elétricas e as trotinetas elétricas de mobilidade partilhada já tinham desaparecido da cidade algum tempo.

Não tiveram nenhum “feedback” sobre o procedimento de hasta pública, a única informação que tinham teria saído no dia anterior na comunicação social. Disse verem com bastante preocupação, que um protocolo que tivera diversas adendas, que tinha sido prorrogado diversas vezes, cuja última prorrogação era sem prazo até à emissão das licenças.

Não tendo ainda existido emissão de licenças para operação de mobilidade partilhada no concelho, o facto de terem durante mais de dois anos estabelecido um monopólio, trabalhando com um único operador, permitira àquele operador, ter a capacidade, ao rescindir literalmente o contrato, de acordo com as declarações do seu responsável à comunicação social, deixando os setubalenses sem opção de mobilidade partilhada.

Um projeto que foi sempre apresentado como uma das bandeiras da revolução de mobilidade que se pretendia implementar no concelho de Setúbal. Um projeto que começou de uma forma menos adequada, por não terem pontos de partilha previamente definidos, acabando por trazer alguns transtornos aos não utilizadores, criando uma imagem que não era a mais adequada sobre aquele tipo de projeto. Acabando por ter nas mãos de um único operador a capacidade suficiente, para repentinamente, com uma decisão unilateral, deixar o concelho sem qualquer tipo de solução.

Questionou se as declarações prestadas correspondiam integralmente à realidade, se estavam perante uma tomada de posição unilateral, se a hasta pública ficou deserta tal como tinha sido dito pelo responsável da BOLT e quais seriam os passos que o Município de Setúbal pretendia dar, para garantir que o serviço de micromobilidade voltasse a estar disponível para os cidadãos do concelho.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Questionou o senhor Presidente qual seria a perspetiva de poder apresentar em reunião de câmara municipal, o resultado da avaliação de estabilidade, que era feita à Praça de Touros Carlos Relvas e se naquela sequência iria apresentar o plano para aquele edifício.

Questionou o senhor Presidente se já tinha alguma informação adicional sobre a abertura do Centro de Saúde de Azeitão, que estava concluído desde meados de novembro e continuava fechado.

Disse que as escalas de serviço das urgências do hospital de Setúbal não seriam as mais desejáveis para os próximos tempos, no que se referia à pediatria e à obstetrícia. No que dizia respeito à urgência de ginecologia/obstetrícia, os meses de fevereiro e março seriam particularmente preocupantes, uma vez que tinham um centro de saúde novo, que o mesmo servisse a população.

Dera nota que receberam por parte de uma munícipe, das quais faria chegar as fotografias, que denunciava um estado de degradação de um caminho que ficava junto ao Colégio Vale dos Pintassilgos, o qual comprometia o trânsito. Seria bom perceber o que teriam de fazer naquele local para que aquela zona ficasse em segurança. Localizava-se na Manteigada à toneira de cima, sendo um caminho que passava junto ao Colégio Vale dos Pintassilgos.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os vereadores do Partido Socialista tomaram conhecimento da inauguração do Parque Infantil os Flamingos, que se iria realizar no dia 10 de fevereiro, na Quinta do Meio, em Praias do Sado, o qual fora cancelado. No entanto,

gostariam de saudar a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, não apenas pela instalação do novo parque infantil, mas por ser um parque inclusivo, com equipamento que o iria distinguir de todos os outros, possuindo um equipamento acessível a crianças de cadeiras de rodas.

Na qualidade de frequentadora de parques infantis, lamentou que ainda era muito pouco os parques infantis inclusivos, que permitissem a sua utilização por crianças com deficiência, conduzindo a uma evidente discriminação, sendo-lhes vetado o direito a brincar, condenando-as a ver os outros brincar na maior parte das vezes. Mais que um parque inclusivo nos acessos e barreiras, consideravam ser fundamental ter um parque com um brinquedo adaptado com aquele que haveria de ser inaugurado, assim como a cidade do Barreiro tinha desde 2019.

Disse fazer aquela intervenção, porque considerava que tudo o que era bom deveria ser replicado. Todos os municípios deveriam ter nos seus parques, um equipamento, um baloiço para que as crianças com mobilidade reduzida, pudessem estar efetivamente integradas para brincar e usufruir do espaço como todas as outras, o que era essencial para a inclusão, porque as crianças com mobilidade reduzida tinham o mesmo direito a brincar e a serem felizes. Da sua experiência como utilizadora e acompanhante de utilizador ativo daqueles espaços, sugeriu ao senhor Presidente a avaliação das condições e equipamentos dos parques infantis da cidade, inclusive a acessibilidade aos equipamentos e zonas circundantes, como sendo o estacionamento reservado, piso rebaixado e pavimento adequado. Prevendo e trabalhando no sentido da adaptação para crianças com deficiência e dotando-o de um brinquedo adaptado, como seria o exemplo do baloiço que poderia ser utilizado por crianças em cadeiras de roda, que iria ser inaugurado na Quinta do Meio, nas Praias do Sado. Aparentemente eram pequenos passos, mas com grande significado que faziam toda a diferença para tornarem a cidade mais acessível e inclusiva.

Sr. Presidente – Relativamente à questão que o senhor Vereador Joel Marques chamou “rebate de consciência”, sobre a matéria de redução de receitas do Município de Setúbal, existia uma iniciativa que era de grande irresponsabilidade. Sempre chamou a atenção desde a primeira hora sobre aquela situação e que por aquela via poderiam estar a caminho de uma situação de dificuldade de equilíbrio financeiro das contas do município e os senhores vereadores nunca poderiam dizer que não tinham conhecimento da situação das contas do município.

Se estivessem a caminho de uma situação daquelas, não haveria grandes dúvidas tendo em conta a situação de custos a que a Câmara Municipal estava sujeita a vários níveis, designadamente o caso da Amarsul e aquilo que era a perspetiva de manter-se a evolução das tarifas de deposição que a Amarsul impôs aos municípios.

Disse falarem de valores no final do mandato muito superiores a 20 milhões de euros. Relativamente à transferência de competências do Estado Central para a Câmara Municipal de Setúbal, fizera várias referências àquilo que acontecera em 2022, numa transferência feita em abril, aquilo que acontecera em 2023, sendo que a tendência seria para se agravar.

Disse falarem sempre de acumulação de milhões de euros e tudo aquilo ia ao orçamento da Câmara Municipal. Se os senhores vereadores defendiam terem de pagar das receitas do município aquelas situações, deixariam certamente de poder fazer investimento. Seria uma opção que os partidos da oposição tinham e designadamente o Partido Socialista, pelas posições que tomou. Sem prejuízo de poderem continuar a aprofundar aquela matéria, o “rebate de consciência” não servia ao executivo da CDU.

Os partidos da oposição, durante aquele mandato, não poderiam vir dizer que não tinham conhecimento da situação, as quais tinham tendência a agravar-se. Disse que repetira várias vezes que também eles viviam no município e também gostariam de pagar menos, pois ninguém gostaria de pagar fosse o que fosse. Os partidos quando eram eleitos para os órgãos e para tomar decisões, designadamente na Câmara Municipal, tinham de ter uma visão global daquilo que estava em causa e era aquilo que se pedia e era aquilo que se exigia. Também disse haver uma alternativa para a qual chamaram muitas vezes a atenção,

de se fazer a diminuição dos impostos na Assembleia da República. Disse que houve partidos que levaram aquelas propostas à Assembleia da República, no entanto, o Partido Socialista na Assembleia da República votara contra a diminuição dos impostos, mas impunha na Câmara Municipal que se fizesse a redução de receitas. Se os partidos na Assembleia da República aceitassem as alterações aos impostos, naturalmente que as autarquias fariam cumprir a Lei das Finanças Locais. A redução dos impostos, através de lei da Assembleia da República, teria consequências no pagamento dos impostos dos municípios. Os municípios poderiam obrigar a que os sucessivos Governos cumprissem a Lei das Finanças Locais. Aquela maneira de impor às autarquias que reduzissem as receitas e depois ainda acusavam as autarquias que não prestavam bons serviços, que não faziam investimento, tudo aquilo só se poderia ser rotulado de irresponsabilidade.

Relativamente à questão do encerramento da estrada da Figueirinha, n.º 379, disse ser uma situação que acompanharam desde o início com muita preocupação, até porque tinham conhecimento e experiência de outra situação que ocorrera em 2005 e das consequências que tivera na altura para o acesso às praias da Arrábida. Embora também naquela altura a procura das praias da Arrábida fosse bem diferente da atual, sabendo da penalização que tinha para os utilizadores das praias e para aqueles que fizeram os seus investimentos junto às praias. Não poderiam dizer que não era uma situação complexa, ao ser identificado pela Proteção Civil Municipal uma rocha de mil toneladas em risco de queda. A vinda daquele bloco por aquela encosta abaixo poderia significar o arrastamento de toneladas de rochas, pelo que teriam de inviabilizar aquela situação, por muito tempo e com custos muito significativos, fosse para a via como para as infraestruturas da própria via. Tomaram todas as iniciativas, promoveram reuniões com os técnicos do ICNF, os técnicos da APA, com Proteção Civil e com o Ministério do Ambiente, tiveram reuniões com dois Secretários de Estado, sendo que um deles tinha a tutela das áreas protegidas e o outro tinha a tutela da APA.

Na avaliação que fizeram decidiram que teriam que fazer um estudo sobre como intervir, para minimizar o impacto da situação e só depois do estudo é que poderiam fazer a intervenção. Para fazer aquele estudo pediram que se contactassem empresas da especialidade, no sentido de lhes facultar uma base financeira para lançar o procedimento. Tudo aquilo tinha sido feito, incluindo um relatório enviado aos senhores Secretários de Estado no passado mês de novembro.

Desde então múltiplas tentativas foram feitas pelo gabinete da presidência junto dos gabinetes dos senhores Secretários de Estado, mas ainda não obtiveram nenhuma resposta. Na próxima semana iria haver uma reunião com o Conselho Municipal de Segurança na qual iriam apresentar o respetivo relatório no Conselho Municipal de Segurança, já que não havia a possibilidade de ter um contacto com a entidade que superintendia naqueles domínios, podendo o Conselho Municipal de Segurança avaliar e tomar as posições que entendesse sobre aquela situação. Depois da Câmara Municipal se ter disponibilizado para assumir os procedimentos quando estivessem definidas as condições para os procedimentos, para o lançamento do procedimento relativamente ao estudo e para o procedimento relativamente à intervenção, após terem enviado o relatório solicitado, não tiveram oportunidade de falar mais com os gabinetes dos senhores Secretários de Estado.

Relativamente à questão da mobilidade partilhada, a senhora vereadora Rita Carvalho poderia falar um pouco melhor. Os responsáveis da empresa que estivera a trabalhar com a Câmara Municipal de Setúbal, depois da hasta pública, fizeram uma avaliação que era legítima e a Câmara Municipal fizera aquilo que lhe competia, criar todas as condições para que aquele serviço pudesse continuar de uma forma regular e controlada, o que não acontecera.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz sobre a questão dos parques infantis, que os mesmos tinham um tempo de vida e infelizmente quando em 2021 fizeram a avaliação da situação, concluíram haver equipamentos que não estavam em condições e decidiram retirar os equipamentos dos parques infantis, sendo que alguns se mantiveram. Falavam de

investimento muito avultoso. Na colaboração que a câmara tinha com as juntas de freguesia estariam a fazer aqueles investimentos progressivamente.

No que se referia aos brinquedos inclusivos, os serviços especializados que tratavam daquela matéria, a proposta que era feita para os vários equipamentos teria em conta a possibilidade de a inclusão daqueles equipamentos para as crianças com dificuldades de mobilidade poderem ter condições de acesso aos brinquedos que progressivamente iria acontecer nos restantes parques.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins relativamente à avaliação da estabilidade da praça de touros iriam esperar que a empresa fizesse o seu relatório para depois poderem avaliar. Quanto à questão do Centro de Saúde de Azeitão, infelizmente reivindicaram tanto um centro de saúde novo para Azeitão, que após o terem construído o mesmo não abrisse, pelo que supunha que não haveria meios para a sua abertura. Entregaram as chaves à Administração Regional de Saúde no dia 30 de novembro e ainda estavam à espera que houvesse da parte do Governo as medidas necessárias para colocar o centro de saúde a funcionar. Disse ser lamentável, porque houve um investimento que não era usufruído e, porque se tratava da saúde das populações em geral e no orçamento das famílias. Tivera a oportunidade de informar o senhor Ministro que a Câmara Municipal de Setúbal estabeleceu uma parceria com o Ministério da Saúde relativamente à construção de três centros de saúde em Setúbal.

Aquele foi o primeiro, o segundo seria o da Bela Vista que já tinha vindo a reunião de câmara com a abertura dos procedimentos, tendo sido apresentado valores superiores aos valores-base. Enquanto em 2023 havia uma possibilidade de se poder adjudicar quando os valores eram superiores ou até 20%, no entanto, aquela portaria terminara no dia 31 de dezembro, sendo que em 2024 não estariam criadas as condições para se fazer, pelo que não seria possível adjudicar ao concorrente que ganhasse o concurso. Disse terem outro centro de saúde que integrava a referida parceria, o conhecido e célebre centro de Saúde da Bairro do Liceu e que só em novembro é que a Administração Regional de Saúde entregara à Câmara Municipal o programa para a elaboração dos projetos. Nos compromissos a Câmara Municipal não tinha responsabilidades naquela matéria, a responsabilidade era da Administração Central relativamente aos equipamentos de prestação de cuidados de saúde. Aquele compromisso ficou bem caro à Câmara Municipal e numa avaliação que fizeram por alto, o município para a construção do Centro de Saúde de Azeitão, sem contar com o terreno que tinha sido cedido ao Ministério da Saúde, identificaram valores da ordem dos 2 milhões de euros.

Tudo aquilo também poderia somar àquela conta, da conversa que tiveram sobre as receitas e as despesas do município. Tratava-se de 2 milhões de euros de investimento que a Câmara Municipal fizera para aquele centro de saúde funcionar, pagando os projetos da especialidade, a elaboração dos arranjos exteriores, o acompanhamento da obra e a garantia das acessibilidades ao centro de saúde.

Disse que na Bela Vista a situação seria idêntica, a Câmara Municipal só assumira aquela responsabilidade, porque tinha o entendimento, que tinha sido partilhado pelo senhor Ministro, de que as urgências do hospital de Setúbal só poderiam ter melhor capacidade de resposta, se houvesse centros de saúde que estivessem preparados para os atendimentos dos casos menos graves. Enquanto aqueles centros de saúde não estivessem a funcionar, a situação das urgências do Hospital de Setúbal iria manter-se e teria tendência para se agravar, tal como se verificara. Informou o senhor Ministro, caso não tivessem oferta privada em Setúbal, a situação da população em Setúbal, Palmela, Sesimbra e em todo o litoral Alentejano, seria muito mais grave.

Chamou a atenção para a gravidade da situação, pela informação que receberam da Proteção Civil que acompanhavam a situação e que teria tendência a agravar-se cada vez mais. Disse ser profundamente lamentável aquela situação e esperava que mais rapidamente possível, o próximo Ministro da Saúde pudesse tomar medidas no sentido de que aquela situação fosse ultrapassada. Da parte da Câmara Municipal, os compromissos que estabeleceram mantinham-se.

Quanto à questão do caminho junto ao colégio do Vale dos Pintassilgos disse que tinha tomado nota.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente deu duas respostas a questões levantadas, que geraram algumas dúvidas. A primeira dúvida estaria relacionada com o Centro de Saúde de Azeitão, em que o senhor Presidente disse que “supunha”. Questionou o senhor Presidente se a Câmara Municipal de Setúbal colocou a questão e se tinha recebido alguma resposta.

O senhor Presidente dissera que “supunha” que o centro de saúde não abriu por falta de profissionais.

Questionou se a Câmara Municipal de Setúbal entrara em contacto com o Ministério da Saúde e se o Ministério de Saúde os informou que o centro de saúde não fora inaugurado por falta de profissionais ou se aquilo que estava em causa estaria relacionado com uma reestruturação que estaria em curso.

Disse que gostariam de ter essa informação enquanto vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal.

O senhor Presidente dissera que a iniciativa trazida pelos vereadores do Partido Socialista e também pelos vereadores do PSD foi uma iniciativa de grande irresponsabilidade. Falava da questão da redução da taxa de IMI e também da redução de participação variável no IRS.

Perceberam que pela entrevista que dera recentemente, o senhor Presidente pretendia passar a imagem para os setubalenses que existia uma CDU antes da entrada de André Martins e uma CDU após entrada de André Martins na Câmara Municipal de Setúbal, mas, na verdade, isso nunca poderia ser feito, nem nunca iria acontecer, porque André Martins fora durante muitos anos Vice-Presidente daquela Câmara Municipal, braço direito e esquerdo de Maria das Dores Meira.

André Martins foi Presidente da Assembleia Municipal e em momento algum levantara qualquer tipo de questão relativamente às contas do município. Relativamente à questão do contrato de estacionamento tarifado por 50 anos, ao qual viera dizer que era um contrato pesado, iriam lá saber quem desenhou aquele contrato e quem implementou aquele contrato na cidade de Setúbal.

Tentava passar a imagem que havia um antes e um depois, mas não o poderia fazer, não só pela sua ligação direta a um executivo e depois enquanto Presidente da Assembleia Municipal, mas também porque o atual executivo era quase todo o mesmo, inclusive o gabinete de apoio à presidência, não tendo havido mudança, sendo que o chefe de gabinete era o mesmo, os assessores eram os mesmos, os vereadores eram praticamente os mesmos e por essa razão não haveria um antes e um depois do André Martins, mas existia uma continuidade, que foi o lema durante a campanha eleitoral “Continuar Setúbal”. Se era continuar Setúbal não poderia haver interrupção daquilo que foi bom e daquilo que foi péssimo.

Parecia que o senhor Presidente aquilo que pretendia fazer era ficar apenas com herança positiva, que era pouca e chutava para canto tudo aquilo que havia de grande irresponsabilidade, na forma como o orçamento municipal tinha sido conduzido e as grandes opções tinham sido tomadas no último mandato.

Questionou o senhor Presidente se via como uma grande irresponsabilidade a medida trazida pela oposição, aprovada em reunião de câmara e como justificava, sendo o senhor Presidente o responsável máximo pela autarquia, que permitisse que aquela irresponsabilidade fosse depois divulgada e ampliada nas redes sociais pela Câmara Municipal. Foi aquilo que não conseguiram perceber e foi aquilo que fora questionado pelo senhor vereador Joel Marques. Se o senhor Presidente considerava haver uma grande irresponsabilidade na descida do IMI e também na participação variável do IRS, não conseguia perceber como permitira que aquela grande responsabilidade fosse divulgada nas redes sociais do município.

Disse que não conseguia perceber como o senhor Presidente fazia aquela divulgação, dizendo aos setubalenses que se tratava de apoios, que os senhores vereadores da CDU

votaram contra, porque se tivesse sido pela proposta da CDU nunca estaria em vigor e se fosse a depender do voto da CDU, também nunca estaria em vigor.

Depois de aprovado tratava-se de medidas da Câmara Municipal e os vereadores percebiam perfeitamente que aquela divulgação fosse feita, o que não conseguiam perceber era que o senhor Presidente apelidasse de irresponsabilidade e depois divulgasse aquela irresponsabilidade como se fosse uma coisa boa.

Naquela reunião, o senhor Presidente apelidara de uma iniciativa de irresponsabilidade, como sendo uma coisa negativa, mas depois para a população e até porque estavam perto das eleições do dia 10 de março, o senhor Presidente dava instruções para que fosse divulgado como uma medida positiva.

Na realidade foram medidas positivas, aquelas que não só os vereadores do Partido Socialista, mas também os vereadores do PSD trouxeram, no sentido de devolver rendimento disponível às famílias setubalenses.

Sr. Presidente – Quando dissera que “supunha” que seria por falta de pessoal, sabiam de uma maneira geral, como a falta de pessoal se manifestou, inclusive através dos órgãos de comunicação social. Todas as pessoas sabiam que havia falta de pessoal, médicos, enfermeiros e outro pessoal no Serviço Nacional de Saúde. Disse ser uma coisa que ninguém tinha dúvidas sobre aquilo. Provavelmente o senhor vereador Fernando José tinha. Quando disse que “supunha”, de facto não tinha informação se seria por falta de pessoal.

Disse ser um facto que não era da responsabilidade da Câmara Municipal e teria de ser assacada a quem efetivamente a tinha. No dia 30 de novembro receberam a chave da empresa que construíra a obra e entregaram-na naquele dia à Administração Regional de Saúde, de quem tinha a responsabilidade de colocar o Centro de Saúde a funcionar.

Disse ser muito claro e não saberia quais as dúvidas do senhor vereador. Na realidade aquela população andou anos a lutar por um centro de saúde, assim como a Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Azeitão andaram anos a reivindicar um centro de saúde novo em Azeitão.

A Câmara construíra o centro de saúde, entregara as chaves à Administração Regional de Saúde, a qual dependia do Ministério da Saúde e passados três meses o centro de saúde continuava fechado.

Informou o senhor Vereador que relativamente à irresponsabilidade também não era nenhuma novidade, desde a primeira vez que os senhores vereadores apresentaram uma proposta de redução de impostos na Câmara Municipal de Setúbal que o executivo informara e tomara uma posição pública sobre a iniciativa de grande irresponsabilidade de quem apresentara aquelas propostas.

Reafirmava que os senhores vereadores não podiam vir dizer que não tinham conhecimento da situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal, os senhores vereadores tinham toda a informação e por dados que ali referiu e dos vários exemplos que deu, que se tratava de milhões de euros que, no final do mandato, iriam ao orçamento da Câmara Municipal.

Quando a situação financeira da Câmara, que esperavam que nunca acontecesse, dada a experiência do passado, onde sofreram as consequências de gerir uma câmara na situação em que foi deixada e sabiam o que aquilo significava para a Câmara Municipal, para os trabalhadores da Câmara Municipal, para as pessoas que acreditavam no desenvolvimento de Setúbal, para as pessoas que continuavam a vir morar para Setúbal e para fazer os seus investimentos.

Parecia que haveria alguém, que a única coisa que sabia dizer era mal de Setúbal, dizendo mal de tudo e mais alguma coisa, referindo que se tratava de uma gestão incapaz e que nada se fazia. Verificaram serem um dos municípios do país que maior atratividade tinha de procura de residência, eram um dos municípios do país que tinha maior investimento, inclusivamente investimento público, pelo menos ao longo do último mandato.

Disse que até já nem precisava de falar nos processos que passavam pelo Departamento de Urbanismo e das suas avaliações, porque os investimentos que eram públicos decorriam em processos de avaliação nos vários serviços da Administração Central. Bastava falar com a

APSS, com o Parque Industrial da Sapec ou com o Glow Business, territórios onde aqueles grandes investimentos, da ordem de muitos milhões de euros, estavam identificados e localizados.

Disse continuarem a ver, designadamente nas declarações do Partido Socialista, que diziam mal de Setúbal desde o “nascer ao pôr do Sol”, sendo profundamente lamentável.

Quando a CDU ganhara as eleições em Setúbal em 2002, a situação financeira da câmara era aquilo que todos conheciam e a situação da sociedade setubalense estava adormecida. Os exemplos eram múltiplos e ainda existiam fotografias do espaço público da cidade. Ao longo de vários anos fizeram-se investimentos e até se substituíram à Administração Central dos vários Governos, na recuperação de património nacional, como ainda continuavam a fazer.

Dizer-se que não se fazia nada em Setúbal, que Setúbal era uma desgraça, era dizer mal de uma terra que diziam gostar muito e que a amavam, sendo um comportamento lamentável.

Relativamente àquelas propostas que foram feitas, voltara a repetir serem de uma grande irresponsabilidade, tendo em conta as consequências que daí poderiam advir para as populações, para os trabalhadores da Câmara e para o desenvolvimento de Setúbal e era aquilo que estava em causa.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não poderia deixar de reagir à afirmação do senhor Presidente quando imputava irresponsabilidade a quem votara pela redução do IMI e do IRS às famílias de Setúbal.

Usando um argumento que o senhor Presidente referira de que “Setúbal era cada vez mais procurada para as pessoas viverem”, disse que aquelas duas medidas não eram senão mais do que um reforço para facilitar a vinda daquelas pessoas, que vinham cada vez com mais frequência viver para o concelho de Setúbal.

Se a medida não agradara à CDU, não era por essa razão que seriam irresponsáveis, porque se quisessem entrar por aquele caminho e por aquele tipo de argumentação, poderiam fazer o mesmo relativamente a medidas que a CDU ali apresentara, em que umas foram aprovadas e outras não, mas nunca as chamaram irresponsáveis.

Disse haver um orçamento que tinha que ser gerido e naquele caso teria de ser gerido com aquelas reduções de IMI e de IRS. Todos conheciam o orçamento, sabiam daquelas consequências, sabiam que era muito dinheiro, mas também sabiam principalmente que era muito dinheiro para as famílias e que fora um benefício para as famílias do concelho de Setúbal, por essa razão as apresentaram e por essa razão as votaram, estando atualmente em vigor.

Sr. Presidente – Disse que os pontos de vista de cada um teriam de ser reconhecidos e aceites. Viviam numa democracia e cada um apresentava a sua opinião. Quando o senhor vereador disse que se não tivesse sido a redução dos impostos teriam menos gente a vir para Setúbal, seria uma forma de olhar para a questão. Ninguém gostava de pagar e pagar, menos seria sempre melhor para cada um, mas quando tinham a responsabilidade de gerir uma câmara como a de Setúbal e nas várias dimensões, tanto nos apoios sociais, como no investimento, na cultura, no desporto e na qualificação do território, o grande objetivo era terem as contas controladas.

Os senhores vereadores eram conhecedores daquilo que foram os custos enormes que a Câmara Municipal tinha de levar ao seu orçamento e que com esses custos a situação financeira se iria degradando e era para isso que chamava a atenção.

Quando falava de irresponsabilidade, os partidos da oposição quando apresentavam aquelas propostas não pesavam bem aquilo que poderia estar em causa. Os partidos que representavam a CDU na Assembleia da República várias vezes levaram propostas para a redução dos impostos. Todos falavam terem um sistema fiscal que precisava de ser alterado, com a redução significativa dos impostos, mas quando se apresentavam as propostas o PSD e o PS votavam contra. Se aquelas propostas e se aquela lei fosse aprovada na Assembleia da República, teria consequências nas autarquias.

O que se pedia e se exigia aos governos era que cumprissem a Lei das Finanças Locais, não indo afetar da mesma forma, os orçamentos das autarquias como afetava aquela forma de fazer a redução direta das receitas das autarquias.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista não aceitavam a forma como uma vez mais o senhor Presidente se dirigia aos Vereadores do Partido Socialista, uma vez que se dirigia aos Vereadores do Partido Socialista dizendo que nunca fizeram nada por Setúbal, esquecendo-se de que aqueles Vereadores do Partido Socialista os que por lá passaram tinham um percurso de vida, um percurso de cidadania, um percurso profissional e político e que em vários momentos da sua vida muito fizeram pela cidade onde nasceram.

O senhor Presidente voltara a insistir numa declaração da qual repudiavam. Nunca nenhum vereador ou autarca do Partido Socialista falara mal da sua cidade, nenhum autarca do Partido Socialista dissera que Setúbal era uma desgraça.

Aquilo que afirmaram era que a gestão do Partido Comunista na Câmara Municipal de Setúbal foi uma desgraça e isso não se confundia com a cidade.

A gestão do Partido Comunista, com as suas opções erradas, colocou em alguns momentos em causa as contas do município, eram uma desgraça, mas tudo aquilo fizera parte de um passado.

O discurso do senhor Presidente referira-se novamente a 2001, mas também poderiam ter ido a 1987 e comprovavam precisamente aquilo que lhes estavam a dizer. O senhor Presidente representava com aquela CDU e com aquele Partido Comunista no concelho de Setúbal um passado, que em 2025 teria um fim e seria esse fim de ciclo há muito anunciado, que acreditavam que acontecesse.

Nunca os autarcas do Partido Socialista apelidaram a sua cidade de desgraça, falaram mal ou adjetivaram negativamente a sua cidade. Aquilo que criticaram e continuariam a criticar livremente era aquela gestão CDU que, nunca conseguira potenciar o concelho de Setúbal e que não conseguia encontrar soluções para o concelho de Setúbal.

Disse que se tratava de uma gestão CDU que, ao longo de 20 anos, prometeu e não cumpriu.

Recordara a promessa da anterior Presidente da Câmara e terá certamente sido aplaudida pelo atual senhor Presidente da Câmara, que na altura era Vice-Presidente e vereador do Urbanismo, relacionado com a construção de uma marina em Setúbal.

A título de exemplo, poderiam verificar que na cidade de Olhão não só tinham uma marina, como houve a requalificação da zona ribeirinha e tinha um hotel de 5 estrelas, coisa que não existia em Setúbal. Também em Viana do Castelo conseguiam verificar terem um pavilhão multiusos, enquanto em Setúbal não tinham um pavilhão multiusos. Consequiam verificar que ao fim de 20 anos, depois de muita insistência por parte dos vereadores do Partido Socialista, existia a intenção de construir um pavilhão gimnodesportivo em Azeitão e outro junto à Manteigada, na Escola Secundária Dom Manuel Martins.

As opções erradas da compra do Clube de Oficiais onde fora implementado um café que já encerrara. O Clube dos oficiais foi uma estrutura bem comprada pela Câmara Municipal, mas o fim que lhe fora dado foi um fim errado e aquilo não tinha significava um avanço, mas um recuo.

Por essa razão, dizia que o discurso do senhor Presidente não pegava, era um discurso do passado, era um discurso bafiento e, por essa razão, não aceitavam que o senhor Presidente voltasse a dizer que os Vereadores do Partido Socialista apelidavam a sua cidade de desgraça. Desgraça foi a gestão do Partido Comunista na Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que não estavam em campanha eleitoral.

Informou o senhor Vereador Fernando José que se esquecera que acabou naquele ano de pagar o contrato de reequilíbrio financeiro que assumiram por conta da dívida que o Partido

Socialista deixara em 2001, no entanto, o senhor vereador falava em projetos, em obras, em multusos e até de marinas.

O senhor Vereador dizia coisas que enganava os setubalenses, acabou de o fazer quando disse que a Câmara Municipal não construiu uma marina, quando na realidade o senhor Vereador sabia que a iniciativa da marina não dependera da Câmara Municipal, por essa razão, o senhor Vereador mentia aos setubalenses descaradamente e pretendia que as pessoas ignorassem a realidade.

O senhor pretendia alterar no sentido de convencer as pessoas daquilo que não era possível convencer. A realidade não se mascarava como o senhor Vereador pretendia. Aquilo era tudo formas de manipulação da opinião pública. Certamente que lhe custava muito a ideia do passado, mas iria custar-lhe ainda durante muitos anos, porque o senhor vereador não podia oferecer nada em concreto à população de Setúbal. Aquilo que o senhor Vereador oferecia era um pavilhão gimnodesportivo no Largo José Afonso, que todos sabiam quem estaria por detrás daquele investimento. Existiam pessoas que estavam em processo noutros municípios onde fizeram as mesmas iniciativas.

Na realidade, foi aquilo que o senhor Vereador Fernando José propusera na sua campanha eleitoral, a construção de um polidesportivo no Largo José Afonso.

Questionou o senhor vereador Fernando José se acharia que o mesmo fosse credível para Setúbal. O senhor Vereador não tinha nada para oferecer aos setubalenses, zero, apenas manipulava. O senhor Vereador Fernando José ia contando histórias e depois teria de ouvir aquilo que não gostava.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que uma cidade sem presente hipotecava o seu futuro.

Falando do presente para não hipotecar o futuro, era importante que se referisse, no que dizia respeito a matéria de urgências de obstetrícia e pediatria do Centro Hospitalar de Setúbal, o plano de contingência apresentado pelo senhor Ministro da Saúde ao executivo da Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do senhor Presidente, assim como aos presidentes das autarquias de Palmela e de Sesimbra, tornando-se por parte do Governo do Partido Socialista o plano de normalidade de resposta.

Compreendiam as dificuldades sentidas à data, mas também não era menos verdade que o compromisso que o senhor Ministro da Saúde do Partido Socialista deixara aos autarcas daqueles três concelhos que, aquele plano de contingência que seria um plano transitório, tornara-se uma realidade efetiva, o que os deixava ainda mais preocupados, passado tanto tempo, no quadro daquilo que dizia respeito ao plano de urgências metropolitanas de Lisboa. Disse existirem situações que estavam resolvidas e a circunstância de alternância entre a resposta do Centro Hospitalar de Setúbal e a resposta do Centro Hospitalar do Barreiro mantinha-se inalterável.

Disse ser com aquela perplexidade que não podiam compadecer, não falaram de suposições, falavam do presente.

Quem se tinha de interrogar sobre as dificuldades da não abertura do Centro de Saúde de Azeitão não era o senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, mas seria o senhor Deputado Fernando José, Vereador daquela autarquia, que deveria questionar o seu Governo, por ser uma pessoa substantivamente interessada nos superiores interesses da população.

Devia questionar o senhor Ministro, o qual andava mais entusiasmado com campanhas eleitorais do seu clube desportivo e não tinha a informação sobre a iniciativa da abertura do Centro de Saúde de Azeitão.

Referiu que o executivo aguardava a resposta por parte da ARSLVT que, estava em processo de insolvência, mas, sobretudo, da resposta para a resolução de todos os males que ao longo de mais de dois anos debatiam, que era as ULS.

As ULS foram constituídas e seriam a panaceia para resolver todos os males e em particular a resolução das especialidades.

Não havia demonstração de solução para aquilo que era o confronto de quem se socorria da resposta do Centro Hospitalar de Setúbal, com as suas dificuldades. Sobre as suposições da

capital do futuro estavam entendidos. Disse ser muito curioso que quando falavam sobre o passado e sobre as heranças políticas, quem teria que se preocupar em resolver o problema das heranças políticas seria o Partido Socialista nas próximas eleições legislativas.

Disse que deveriam falar da capital do presente que tornara Setúbal uma cidade atrativa, mas que continuava a ter o estado do parque escolar nas dificuldades com que se confrontavam, tendo herdado um parque escolar numa completa degradação e que sobre o qual aguardavam a expectativa que o Governo viesse “a correr” dizendo que através do PRR conseguiriam resolver os problemas.

Aquela era a capital do presente e não a capital do futuro que o Partido Socialista lhes deixara entre as mãos para resolver, no entanto, continuavam a resolver os problemas do futuro com um presente cheio de dificuldades e sobre os quais o Partido Socialista não tinha soluções e não lhes deixara respostas. Sobre suposições poderiam ter muitas, sobre o presente tinham muitas convicções e a convicção absoluta era de quem conseguiu resolver o presente e as dificuldades com que se confrontavam e tinha-se atravessado para resolver problemas como, por exemplo, muitas das questões quando falavam de património e sobre a reabilitação.

Na realidade foi a CDU naquela autarquia e foi aquele executivo em particular, que demonstrara a disponibilidade para resolver.

Disse estar convencido de que o senhor Vereador Fernando José, bem como toda a bancada do Partido Socialista e, certamente, com a disponibilidade e solidariedade da bancada do Partido Social Democrata, não compreendiam, mas poderiam visitar um tema mais simples, que não tinha a complexidade estrutural que era o balcão SNS 24 da freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

No entanto, estavam há um ano e meio a aguardar uma solução informática para responder à população Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, que facilitaria o receituário e a marcação de consultas, para a qual aquela autarquia com a freguesia de Gâmbia Pontes e Alto da Guerra que disponibilizara instalações, disponibilizara a contratação de um trabalhador e para a qual aguardavam resposta.

Aquele era o presente que o Partido Socialista lhes deixava e os problemas que tentaram resolver, tentando encontrar as respetivas soluções.

Queria acreditar que, independentemente das convicções partidárias, que a bancada do Partido Socialista não poderia entender que aquilo seriam suposições, mas seriam questões objetivas às quais não tinham resposta, sendo a expectativa de todos aqueles, que tendo sido eleitos enquanto representantes da população de Setúbal, gostariam que o Centro de Saúde de Azeitão estivesse a servir toda uma população, de acordo com aquilo que eram as expectativas.

Tratava-se de uma suposição à qual o Governo do Partido Socialista e o senhor Ministro se concretizara naquele desígnio de inaugurar o Centro de Saúde de Azeitão.

Deixou o desafio à bancada do Partido Socialista, que viesse antes das eleições inaugurar o Centro de Saúde de Azeitão e que desse a possibilidade a que todos os setubalenses e azeitonenses pudessem ser servidos para uma unidade de saúde que contemplasse todas as condições para prestar os cuidados de saúde.

Aquela era a realidade do presente, sobre o futuro teriam muito que falar, mas não haveria futuro sem presente e o presente era aquilo que tratavam diariamente naquela cidade.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, em maio de 2023, tiveram uma discussão em reunião de câmara a propósito das unidades locais de saúde, nomeadamente a Unidade Local de Saúde da Arrábida, quando o PSD apresentara uma proposta que visava dar alguns contributos sobre aquilo que deveria ser o funcionamento das unidades locais de saúde, nomeadamente aquilo que o senhor Presidente referira na sua intervenção, de dotá-las com alguns meios de diagnóstico e terapêutica básicos para que os atendimentos não urgentes pudessem ser feitos nos centros de saúde. Aquela proposta foi chumbada, mas já em maio de 2023 falavam da Unidade Local de Saúde da Arrábida, que continuava a tentar reorganizar-se.

O senhor Presidente dissera que tivera a oportunidade de transmitir ao senhor Ministro da Saúde, se não fosse o setor privado estariam bem piores em Setúbal, o que seria verdade, mas também o setor social, porque o projeto “bata branca” dava resposta diariamente a 123 utentes, que não tinham médico de família, aquela conjugação não só imperava como já deveria ter acontecido há muito tempo, porque o importante é que as pessoas tivessem acesso aos médicos, que naquele momento não tinham acesso a consultas. Bastava olhar para as escalas das urgências e perceber o drama que iriam ter dali em diante. Disse que seria preocupante que em fevereiro de 2024 ainda estivessem a discutir a reorganização da Unidade Local de Saúde.

Relativamente à questão dos impostos, disse que gostaria de ouvir o senhor Presidente falar nas sugestões que lhes trouxeram para diversificar a receita da Câmara Municipal, talvez fosse mais profícuo e pudessem trazer mais rendimento disponível para o município, podendo continuar a devolver rendimento às famílias.

Sr. Presidente – Disse que tivera a oportunidade de dizer ali que o município de Setúbal manifestara a sua indisponibilidade para integrar qualquer responsabilidade na criação da Unidade Local de Saúde, sendo que as razões eram sempre as mesmas. Tal como a senhora Vereadora referira, aquilo só faria sentido se houvesse condições para que existisse um serviço que melhorasse significativamente as condições de acesso às populações e que respetiva unidade fosse complementada nos vários serviços instalados. Verificavam que relativamente aos centros de saúde, não estavam criadas as mínimas condições para que tudo aquilo pudesse funcionar, posição que manifestaram junto do senhor Ministro.

Referiu que o senhor Ministro havia questionado aos presidentes das câmaras da Arrábida, se estariam disponíveis para participar naquele projeto do qual ficaram por avaliar, no entanto, na semana seguinte o senhor Ministro da Saúde fizera-lhes chegar o programa de negócios da unidade de saúde. Nem sequer tiveram a oportunidade de se pronunciarem sobre aquele processo. As coisas eram feitas em cima dos joelhos.

Disse assumirem a responsabilidade sempre de estar ao lado das populações, em particular naquele caso na defesa dos direitos à saúde e do Serviço Nacional de Saúde. Aquele era o caminho e era a determinação, estavam sempre disponíveis para se envolverem, para participar, para serem parceiros em soluções que iam de encontro àquilo que eram as necessidades na saúde, na educação, como em outros domínios da administração. Disse que aquela era a sua posição e era reconhecida publicamente. Parecia que os senhores vereadores do Partido Socialista é que não reconheciam nada daquilo, mas eram livres de ter essa posição.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse pretender dar um esclarecimento relativamente à mobilidade partilhada. Não poderia deixar de fazer algumas referências à intervenção do senhor Vereador Fernando José, quando o mesmo começara a sua intervenção “ofendido” pela forma como era abordado e tratado e depois acabava a sua intervenção a fazer uma série de acusações, inclusive pessoais e não de debate político.

Referiu que já tinham visto aquela representação de figuras semelhantes noutros sítios, sendo de todo desprezível, indispensável, que em nada alimentava, nada acrescentava e não valorizava aquilo que todos tentavam fazer.

Disse que as medidas de apoio à família eram medidas positivas e ninguém tinha dúvidas. Quanto mais elas fossem, mais necessárias seriam, melhor ajudaria e potenciaria aquilo que era a disponibilidade financeira das famílias, mas não deixava de ser uma medida irresponsável, uma vez que criava limitações financeiras à intervenção.

Mencionou que o senhor Vereador pretendia “brincar em todos os brinquedos”, por um lado, pretendia reduzir a despesa e os impostos, facilitando de alguma forma o aumento de vencimentos e das reformas, mas, por outro lado, não conseguia reconhecer os impactos que tinha na receita e na disponibilidade da gestão do orçamento.

Vozes de fundo

Querendo “brincar em todos os brinquedos”, não querendo perceber a realidade, tornando uma visão de uma realidade que era só sua, de uma ausência de investimento, de uma ausência de atuação por parte da Câmara, não reconhecendo aquilo que era o trabalho dos últimos anos, daquele e de outros executivos, feito em prol da valorização do concelho, da cidade e da sua afirmação. Tratava-se de uma leitura bafienta, completamente desligada da realidade que todos viviam e era reconhecida.

Sobre a mobilidade partilhada, disse que foi um assunto falado várias vezes em reunião de câmara. O que estava em funcionamento era um projeto-piloto, com uma das operadoras de mobilidade partilhada que era a BOLT, que tivera durante dois naquele projeto-piloto, conforme as três deliberações aprovadas em reunião de câmara. O projeto-piloto justificava-se para tivessem uma perceção daquilo que seria a realidade do serviço e das condições a integrar num futuro concurso que pudesse ser aberto à concorrência, relativas a uma futura prestação de serviços de bicicletas e trotinetes partilhadas.

Referiu que foi apreciada uma proposta em reunião de câmara, de um regulamento e de um concurso em hasta pública definido pela câmara, tendo por base aquilo que foi o serviço nos últimos dois anos, os pressupostos mínimos relativamente àquilo que considerava exigível a uma futura operação, com paragens obrigatórias dos veículos em doca, fixa ou virtual, sendo um terço das docas com carregamento elétrico, um alargamento da área de serviço, garantia da colocação da sinalização, evitando aquilo foi a prática, do exemplo que lhes trouxera naqueles dois anos de experiência.

Disse que houve uma hasta pública no início do ano, na qual se previa dois lotes, tendo a mesma ficado deserta, porque consideraram não haver condições. Para a câmara a exigência relativamente ao serviço era aquela que consideravam que seria a que melhor assegurava o serviço prestado, na correlação dos diferentes utilizadores do espaço público. Disse que não foi uma rescisão, mas o término de um memorando de entendimento no dia 31 de dezembro.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou a senhora Vereadora Rita Carvalho que aprovaram uma adenda sem um prazo limite. O projeto-piloto terminaria no momento em que estivesse concluída a emissão de licenças, que seriam concedidas através do procedimento de hasta pública.

Referiu que foi aquilo que fora aprovado na última adenda, inclusivamente por sugestão de alteração da proposta por parte da oposição, porque a proposta original do executivo não era aquela. Disse ser verdade, que as regras previstas pelo regulamento aprovadas, antes disso já vinham sendo aplicadas, nomeadamente o estacionamento em docas virtuais ou físicas onde já existia infraestruturas montada, como seria o caso do Interface de transportes de Setúbal na Praça do Brasil.

Disse ser uma alteração significativa e que melhorava a organização do espaço público, face àquilo que foi o início do projeto-piloto. Qualquer utilizador pegava numa trotinete em qualquer ponto e deixava em qualquer ponto, sem que os locais específicos de paragem que vinham organizar o espaço público estivessem previamente definidos, tendo havido uma evolução naquilo que fora o projeto e naquilo que fora as regras aplicadas ao utilizador.

A abertura à concorrência não dependia da emissão das licenças por via da hasta pública, a abertura à concorrência podia e devia ter sido feita no momento em que o projeto-piloto fora implementado, porque já nessa altura a BOLT não era o único operador disponível no mercado e fazia todo o sentido, até mesmo do ponto de vista daquilo que era a gestão do município, com diversas realidades, com diversos operadores e com diversos métodos de trabalho, para perceber de uma forma mais assertiva sobre quais seriam as melhores formas de conduzir todo aquele processo, no que respeitava à utilização do espaço público ou à promoção da utilização daqueles meios de transporte partilhados.

A abertura à concorrência poderia e deveria ter sido feita no momento em que fora estabelecido o próprio memorando de entendimento. Aquele era um exemplo do que acontecia noutros municípios, no entanto, existiam municípios que escolhiam o caminho do monopólio, tal como acontecera no município de Setúbal.

Ao terem estabelecido um memorando de entendimento, com um único operador, estaria a atribuir o monopólio da operação fosse ou não um projeto-piloto, a operação trazia um benefício para o operador, porque o operador era remunerado sem ter os custos pelo estabelecimento das docas, pela instalação dos equipamentos, sem ter os custos com o pagamento da licença e sem ter custos por ocupação de espaço público.

O projeto-piloto para o operador traduzira-se numa operação a custo zero, no que respeitava àquilo que seria a normal retribuição do município por ter alguém a ocupar o espaço público. Se a abertura da concorrência tivesse sido feita, com a saída da BOLT poderiam ter mais um ou mais dois operadores a assegurar o serviço que para alguns munícipes era um serviço relevante, que lhes permitia ter um meio de transporte em horários que os transportes públicos não funcionavam, permitindo fazer pequenas deslocações sem ter que utilizar a sua viatura própria e sem ter que se deslocar para zonas onde o estacionamento à superfície já era tarifado.

Ter construído todo aquele projeto com base num protocolo com um único operador significara que o município atribuía àquele operador toda a força negocial que quisesse e todo o potencial para em algum momento querendo terminar com o protocolo, rescindir unilateralmente o projeto-piloto e deixar o município sem o serviço que era de todo importante.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Questionou o senhor Vereador Joel Marques, sobre qual seria a questão em concreto. Disse que quando trouxeram o memorando de entendimento e que fora apresentado três vezes em reunião de câmara, foram colocadas várias questões, que foram reproduzidas, tipo cassette.

(Vozes de fundo)

Disse que não entendia objetivamente qual era a questão, porque o memorando tinha sido apresentado várias vezes em reunião de câmara. Na última vez foi com um limite máximo de seis meses até ao momento da hasta pública para a atribuição das licenças. Os seis meses terminaram no fim do ano, a hasta pública ocorrera no dia 21 de dezembro, na hasta pública tiveram vários interessados que não apresentaram propostas. O que o senhor Vereador queria fazer, para além de retomar os argumentos que já os expusera ali diversas vezes, estaria a pretender fazer uma abordagem e desmontar que em todo aquele processo nada acrescentava.

A Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, definira as condições para ter aquele serviço, mas existiam mínimos para garantir aquele serviço. Não estando cumprido os mínimos por parte dos operadores, a câmara considerou que não havia argumento de atribuição das respetivas licenças.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que passaria para questões mais sérias. Disse mais sérias, não porque as políticas não o fossem, porque também o eram, mas infelizmente às vezes era distorcida na sua discussão e ninguém ficava a perceber nada do que se tinha discutido. Presumira que tinha sido aquilo que acontecera naquele dia.

Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 a 12:

**“Saudação
Rogério Carlos Chora**

No passado dia 30 de janeiro, o talentoso pintor setubalense Rogério Carlos Chora teve a honra de ser recebido no Palácio de Belém para receber o grau de Oficial da Ordem do Mérito, uma distinção que reconhece não apenas o seu talento artístico, mas também o seu contributo para a cultura e arte em Portugal.

Nascido a 17 de julho de 1941, Rogério Carlos Chora é uma das figuras mais proeminentes da pintura contemporânea de Setúbal e um dos últimos artistas figurativos portugueses de

expressão realista. Desde cedo, demonstrou um talento extraordinário para a arte, tendo estudado na Escola António Arroio, em Lisboa, e produzido uma vasta obra que reflete a sua paixão pela cidade onde nasceu e cresceu.

Ao longo da sua carreira, Rogério Chora tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional, tendo sido recebido por diversos presidentes da República Portuguesa. A sua obra, que abrange uma variedade de temas e técnicas, foi exposta em galerias e museus em todo o mundo, destacando-se pela sua originalidade e qualidade artística.

Para Setúbal, Rogério Chora é mais do que um pintor talentoso; é um símbolo da identidade e cultura da cidade. As suas obras, que retratam a vida quotidiana, os contextos marítimos e as paisagens da região, são um testemunho do seu profundo amor e ligação à terra onde nasceu. Além disso, o seu contributo para a conceção de logótipos, medalhas e troféus encomendados por diversas instituições e empresas tem sido inestimável, ajudando a promover a imagem e o prestígio de Setúbal a nível nacional e internacional.

Portanto, neste momento de celebração e reconhecimento, é com orgulho que saudamos Rogério Carlos Chora pelo seu talento, dedicação e contributo para a arte e cultura em Portugal. Que continue a inspirar-nos com a sua obra e a enriquecer o nosso património histórico e artístico com a sua criatividade e genialidade. Parabéns pelo merecido reconhecimento e pelos muitos anos de excelência artística.”

“Saudação Clube de Amadores de Pesca de Setúbal

O Clube de Amadores de Pesca de Setúbal, instituição emblemática e dedicada, comemorou no passado 1 de fevereiro o seu aniversário, marcando 66 anos de uma notável trajetória na promoção da pesca desportiva. Fundado em 1957, o clube tornou-se uma referência incontornável, não apenas a nível local, mas também nacional e internacional.

O seu compromisso com a excelência na prática da pesca desportiva tem sido evidenciado ao longo dos anos, participando de forma assídua em campeonatos nacionais e conquistando repetidamente o primeiro lugar no pódio, destacando-se como um dos principais clubes da modalidade em Portugal. O destaque vai para a conquista do Campeonato Nacional de Surfcasting 1.ª Divisão de Clubes em 2021, um feito que não apenas reforçou o prestígio do clube a nível nacional, mas também abriu portas para o cenário internacional.

A participação no Campeonato do Mundo de Clubes de 2022, realizado no Chipre, onde o Clube de Amadores de Pesca de Setúbal alcançou o 8º lugar, é uma prova incontestável do seu elevado nível de competência. Competindo com os melhores clubes do mundo, demonstraram a dedicação, habilidade e paixão que caracterizam a sua associação.

Além dos sucessos desportivos, é importante sublinhar o papel fundamental que o clube desempenha na promoção da prática da pesca na cidade de Setúbal. Através das suas atividades, eventos e competições, têm contribuído para enaltecer não só a modalidade, mas também para projetar a cidade de Setúbal no panorama desportivo nacional e internacional.

Neste aniversário, é com reconhecimento e gratidão que saudamos o Clube de Amadores de Pesca de Setúbal pelo seu legado e pelos sucessos alcançados. Que continuem a inspirar gerações futuras a explorar e apreciar a beleza da pesca, contribuindo assim para o enriquecimento da nossa comunidade.”

“Saudação Atribuição da Bandeira da Ética ao Grupo Desportivo "Os Amarelos"

O Grupo Desportivo "Os Amarelos" recebeu a visita técnica do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. no passado dia 14 de dezembro de 2023. Este encontro foi marcado pela avaliação rigorosa dos critérios que fundamentam a atribuição da Bandeira da

Ética à candidatura "Promoção de valores éticos no futebol de formação: crescer e formar com ética", uma certificação que reflete o comprometimento inequívoco deste prodigioso Grupo Desportivo com os princípios fundamentais da Ética Desportiva.

A entrega da Bandeira da Ética ao Grupo Desportivo "Os Amarelos" é um reconhecimento explícito de que esta instituição incorpora de forma proeminente a cultura da Ética Desportiva e os valores que esta abraça. A visita técnica permitiu aos responsáveis pela avaliação constatar aquilo que há muito era reconhecido em Setúbal. O empenho demonstrado pelos dirigentes do clube em desenvolver e manter uma estratégia clara e alinhada com os princípios éticos é notável.

Os Vereadores do PSD fazem votos de saudação ao Grupo Desportivo "Os Amarelos" por esta distinção merecida e pelo papel inspirador que desempenha na promoção da ética no desporto. Que esta Bandeira da Ética seja um símbolo constante do compromisso contínuo com os mais altos padrões de conduta desportiva e de integridade ética."

“Saudação Grupo Desportivo Recreativo “O Sindicato”

No passado dia 6 de fevereiro, o Grupo Desportivo Recreativo “O Sindicato” celebrou mais um ano de existência, reforçando o seu compromisso com a formação de talentos e a promoção de valores essenciais. Desde a sua fundação, em 1977, este clube tem desempenhado um papel fundamental na comunidade, destacando-se não apenas pelas suas conquistas desportivas, mas também pelo seu contributo para o desenvolvimento pessoal e social dos seus membros.

Ao longo dos anos, “O Sindicato” tem sido uma referência na formação de talentos desportivos, proporcionando aos jovens a oportunidade de desenvolverem as suas habilidades e alcançarem todo o seu potencial. Além disso, o clube tem dedicado especial atenção à transmissão de valores como o trabalho em equipa, a disciplina, o respeito e a ética desportiva, contribuindo assim para a formação integral dos seus atletas e para a sua integração na sociedade.

Neste aniversário, é importante reconhecer o papel significativo que “O Sindicato” tem desempenhado na comunidade, inspirando gerações de jovens e promovendo um ambiente de camaradagem, superação e excelência desportiva. Que este seja apenas mais um marco numa história repleta de sucessos e realizações, e que o Grupo Desportivo Recreativo “O Sindicato” continue a ser uma fonte de inspiração e orgulho para todos os seus dirigentes, adeptos e atletas e para a comunidade setubalense.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 a 16:

“Saudação João Bernardo sagra-se Vice-campeão Nacional de Pesca em Barco Fundeado

João Bernardo, atleta do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, sagrou-se vice-campeão nacional de pesca em barco fundeado, no Campeonato Nacional da 1º Divisão na qualidade de Pesca Desportiva Embarcada de Alto Mar em Barco Fundeado.

A competição, que deu por encerrada a época de 2023, teve lugar em Aveiro, durante o dia 4 de fevereiro, domingo.

Com esta classificação, João Bernardo irá integrar a equipa da Seleção Nacional, que irá disputar o Campeonato do Mundo na Irlanda.

Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam João Bernardo e o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pela conquista, reconhecendo os seus contributos para o

desenvolvimento da prática desportiva da pesca no concelho e fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Scalipus Clube Setúbal conquista Campeonato Distrital**

A equipa feminina de sub14 do Scalipus Clube Setúbal sagrou-se Campeã Distrital de sub14. Na fase final do Campeonato Distrital de sub14 feminino, que decorreu no Barreiro durante os dias 2, 3 e 4 de fevereiro, a equipa do Scalipus Clube Setúbal enfrentou o Seixal – Basquetebol, o Montijo Basket Associação e o G.D. Essa, tendo saído vitoriosa em todos os jogos, o que levou à conquista do título distrital.

As atletas Inês Rico, Matilde Tinoco e Marta Ribeiro integraram ainda o 5 Ideal, definido pela Associação de Basquetebol de Setúbal, entidade promotora e organizadora da competição. Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam as atletas, a equipa técnica e o Scalipus Clube de Setúbal pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome a cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário do Clube de Amadores de Pesca de Setúbal**

O CAPS – Clube de Amadores de Pesca de Setúbal assinalou o seu 66º aniversário no passado dia 1 de fevereiro.

Fundado em 1957, tornou-se um reconhecido clube da modalidade a nível nacional e internacional, com presença assídua em campeonatos nacionais e mundiais e sucessivas conquistas.

Campeão nacional em 2000, 2007, 2009, 2010 e 2021 e campeão do mundo em 2010, o CAPS tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da prática desportiva e lúdica da pesca no nosso concelho e região, a qual tem vindo a ganhar cada vez mais relevância no panorama desportivo português e a angariar novos praticantes, de forma diversificada.

Esta é também uma prática que traz consigo diversos benefícios sociais e económicos, estando fortemente ligada ao turismo.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o CAPS – Clube de Amadores de Pesca de Setúbal, órgãos sociais e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”**

O Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato” celebrou o seu 47º aniversário no passado dia 6 de fevereiro.

Fundado em 1977, “O Sindicato” constitui-se ao longo dos anos enquanto um importante dinamizador do futebol de formação no concelho, contribuindo para o desenvolvimento da modalidade em Setúbal, bem como para a promoção da prática desportiva e difusão dos valores associados à mesma, em especial junto dos mais jovens, como parte da educação para a cidadania.

Assim, o movimento associativo desempenha um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, sobretudo no contexto local, enquanto elemento impulsionador em áreas como a cultura, desporto e juventude, devendo ser reconhecido pelo poder local como um parceiro indispensável para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações e desenvolvimento dos territórios.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicato”, órgãos sociais, equipa técnica, atletas e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 17 e 18:

**“Saudação
Luís Fernandes – 50 anos de Presidência do Coral Luísa Todi**

Luís Fernandes completou, no passado dia 2 de fevereiro, 50 anos à frente da presidência do Coral Luísa Todi.

Luís Fernandes assumiu a liderança da instituição pouco antes revolução de 25 de Abril de 1974, quando esta ainda não tinha sede própria, tendo desempenhado um importante papel para o desenvolvimento das relações e laços com o restante movimento associativo e sociedade setubalense, que tornaram possível a colmatar este obstáculo à sua atividade.

Pelo Coral Luísa Todi, que completou 62 anos em 2023, passaram já centenas de cantores, músicos e quase uma dezena de maestros ao longo dos seus mandatos e foram produzidos mais de 800 concertos, em Portugal, Espanha, Bélgica e França.

Em 1976, a instituição ganha sede própria, tendo, em 1992, passado para a atual sede, a qual contou com a presença do então Presidente da República, Mário Soares, na sua inauguração.

Ao longo das décadas, o Coral Luísa Todi tem desenvolvido uma importante atividade, a qual tem contribuído para o desenvolvimento do panorama cultural e artístico do concelho de Setúbal, bem como de toda região e do país, contando com um crescimento significativo do número de coralista e o investimento em novos projetos, com foco na inclusão e na igualdade. Apesar dos inúmeros obstáculos e dificuldades, o Coral Luísa Todi teve a oportunidade de contar com um líder, que ao longo dos últimos 50 anos, conduziu a instituição rumo ao sucesso, promovendo a criação de espetáculos de elevados padrões de excelência artística e técnica.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Luís Fernandes pelos 50 anos de presidência do Coral Luísa Todi, reconhecendo o seu empenho e dedicação às artes, à cultura e ao movimento associativo, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Espelho Mágico assinala 29.º aniversário com a 4.ª Edição do Bambolinices**

O Espelho Mágico – GATEM Cooperativo Cultural CRL celebra mais um aniversário trazendo ao concelho a magia e alegria da festa do teatro, com a 4.ª edição do Bambolinices – Bienal Internacional de Teatro e Artes Performativas para toda a Família.

Em atividade desde 1995, o Espelho Mágico tem preenchido os corações das crianças e famílias de todo o país com brilhantes e mágicas produções, repletas de música, cor, movimento e fantasia, nas quais habitam os sonhos.

Este ano, o Bambolinices volta a encher o nosso concelho de mais cor e alegria, numa 4.ª edição que presta homenagem a Asdrúbal Teles – uma das figuras máximas da cultura do nosso concelho – e que procura valorizar o Bairro da Bela Vista e a sua comunidade.

As crianças e famílias setubalenses contam, mais uma vez, com um vasto programa, recheado de espetáculos, oficinas de teatro, tertúlias e exposições, o qual teve início no passado dia 2 de fevereiro e que se irá prolongar até dia 11 de fevereiro, domingo.

Porque o teatro infantil é, acima de tudo, teatro e o teatro é arte, magia, cultura e democracia, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Espelho Mágico – GATEM Cooperativa Cultural CRL, direção, equipa técnica e de apoio e atores por mais um

aniversário, por mais uma magnífica edição do Bambolinices e por todos os contributos dados ao longo dos anos, os quais têm enriquecido o panorama cultural do concelho e do país.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que se associavam à saudação da bancada do PSD em relação à certificação de bandeira da ética atribuída no ano 2023, ao Grupo Desportivo Os Amarelos. A referida bandeira iria ser entregue no próximo dia 1 de março na sua sede, na cerimónia do seu 68.º aniversário.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 52/2024 – Proposta n.º 10/2024 – GAP – “Empreitada de Reparação de Pavimentos no Concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 53/2024 – Proposta n.º 11/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de gestão de canais de cobrança para o biénio 2024-2025” Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 54/2024 – Proposta n.º 12/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de lavagem e desinfeção de contentores de 800 litros de superfície em profundidade no Município de Setúbal” Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 55/2024 – Proposta n.º 13/2024 – GAP - Renovação do Acordo sobre a implementação de redução tarifária de todas as modalidades de Passes Navegante Municipais de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 56/2024 – Proposta n.º 02/2024 – GADSEA – Adesão da Câmara Municipal de Setúbal à rede ICLEI – Local Governments for Sustainability

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 57/2024 – Proposta n.º 01/2024 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Lallemand Portugal”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 58/20234 – Proposta n.º 14/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à Elaboração do Plano de Urbanização de Setúbal Nascente – Concurso limitado por prévia qualificação n.º 23/2011/DAF/DICP/SECP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 59/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 36.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Referiu que havia um reforço relativamente à 3.ª fase da obra do Forte de São Filipe.
Questionou quando se previa a conclusão da obra do Forte.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que aquela obra começou por se iniciar com a estabilidade da estrutura construtiva e posteriormente com base nos estudos que o LNEC acompanhava tinha sido identificado a falta de estabilidade nas encostas. O LNEC no final daquela obra iria fazer a avaliação e como tudo indicava haveria que continuar a investir na estabilização das encostas.

Disse que assinaram recentemente um protocolo com a Direção-Geral do Património Cultural e a senhora Secretária de Estado, no sentido de a Câmara Municipal poder disponibilizar e a proceder a um concurso para um investimento na ordem de um milhão de euros, para voltar à estabilidade da construção do edificado, mantendo a parte da estabilidade das encostas.

O grande objetivo que pretendiam alcançar o mais rapidamente possível, seria a possibilidade da empresa que tinha a concessão do Forte, para que pudessem fazer uma nova obra na pousada, de acordo com um projeto que já tinha sido aprovado, mas condicionado pela CCDR dada a instabilidade das encostas e também da estrutura edificada.

Disse que teriam de aguardar que se fizesse as obras para a estabilidade das encostas e também da estrutura do edificado, para depois se iniciar a construção da pousada.

Referiu que em 2013/2014 foi encerrada a pousada e a Câmara Municipal, tendo em conta a procura daquele espaço, mantivera um serviço mínimo para as pessoas poderem visitar o Forte e aproveitasse para usufruir da sua vista. Tratava-se de um esforço financeiro que a Câmara Municipal fazia para manter aquele serviço em funcionamento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções do PS e PPD/PSD.

9. Deliberação n.º 60/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de segurança e vigilância para o Parque Municipal de Poçoilos, pelo período de 24 meses, podendo ser prorrogável pelo período de 12 meses – Concurso Público n.º 35/2019/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 61/2024 – Proposta n.º 17/2024 – DAF/DICONT/SERGEP - Transferência de património do IHRU para o Município de Setúbal - Alameda das Palmeiras, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 62/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – 2.ª Adenda ao contrato de comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal (YMCA Setúbal)

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 63/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DAF/DICONT/SERGEP - Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Rua da Concha, lote 128, em Quinta do Meio, Praias do Sado, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 64/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DAF/DICONT/SERGEP - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração AA, do prédio sito na Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71, 5.º D, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 65/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DOM – CP 19/2023/DOM - Empreitada “Reabilitação de passadeiras no Município – Passadeiras em pedra e redutores de velocidade no Centro Histórico de Setúbal”: Aprovação do relatório do júri; Não adjudicação e revogação da decisão de contratar; Abertura de procedimento de contratação pública por ajuste direto

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse serem favoráveis à aprovação do relatório final do júri, na adjudicação e na revogação da decisão de contratar, no entanto, considerando o volume financeiro de perto de meio milhão de euros, a proposta por ajuste direto deveria convidar pelo menos mais duas empresas a apresentar propostas, não estando limitados apenas a uma empresa.

Face ao volume que falavam de meio milhão de euros, convidar apenas uma empresa a apresentar proposta, quando a empresa até poderia ter concorrido ao concurso público que

tinha sido elaborado e apresentado pela Câmara Municipal. Seria mais avisado convidar mais duas empresas a apresentar as suas propostas, para depois poderem optar.

Naquele sentido, sugeriu que o 3.º ponto das deliberações fosse retirado, para os serviços poderem selecionar duas ou três empresas e que a proposta de procedimento de contratação pública por ajuste direto fosse numa próxima reunião, sugerindo que votassem apenas a aprovação do relatório final do júri, a decisão de não adjudicação e a revogação da decisão de contratar.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Segundo tinha percebido, a proposta do PS ia no sentido de alargar para outras situações no que dizia respeito às passadeiras.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a proposta do PS ia no sentido de não se convidar apenas uma empresa a apresentar uma proposta num ajuste direto de meio milhão de euros.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que a questão das passadeiras em Setúbal era um problema antigo, que se arrastou e o senhor Presidente deu a explicação de que os concursos normalmente ficavam desertos. As passadeiras continuavam quase invisíveis. Bastava andarem pelas ruas de Setúbal e principalmente pelos bairros adjacentes ao centro de Setúbal e muito em particular na freguesia de São Sebastião para verificarem o que era a inexistência de passadeiras, principalmente para os mais velhos que viam mal e muitos deles já tinham dificuldade na sua deslocação.

Questionou o senhor Presidente se aquela reabilitação era também para as passadeiras normais ou se era só para as passadeiras em pedra com redutores de velocidade, no centro histórico da cidade de Setúbal.

Sr. Presidente – Disse que aquela proposta era exclusivamente para aquelas passadeiras, como era o exemplo da Avenida Luísa Todi, dado o estado em que se encontravam. O objetivo era manter as passadeiras de pedra e em função do número de passadeiras que fosse possível reabilitar para abranger o centro histórico. Relativamente às outras passadeiras tinham uma empresa que continuava a fazer reabilitação de passadeiras, fosse através da lavagem de algumas passadeiras, fosse através da pintura.

Disse passar a palavra ao senhor Vereador Carlos Rabaçal, para que pudesse responder à questão colocadas pelo senhor vereador Joel Marques.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta já tinha ido a reunião de câmara e fora amplamente discutida, tendo como objetivo uma ação concreta e não seria para cobrir todo o concelho.

Relativamente à questão colocada pelo Partido Socialista, disse que atrasar aquele procedimento, atrasava a vantagem do ajuste direto por critério material. Antes de convidarem uma empresa, falavam com várias empresas e questionavam quem estava em condições e quem estava disponível para aceitar aquele preço, que foi aceite por uma empresa que não tinha condições, enquanto a outra empresa apresentara um preço acima. A primeira coisa que faziam era falar com as concorrentes, para saberem se estariam em condições no ajuste direto, para poderem corrigir a sua proposta e apresentar outra proposta, uma vez que caíra o procedimento.

Quando apresentavam uma empresa, significava que já tinham falado com outras e aquela era a que dava mais garantias ou era a única que dava garantias e que aceitava a obra. A Estrela do Norte aceitara, porque tinham estaleiro em Setúbal, tinha uma grande economia de escala, podendo fazer àquele preço. A Estrela do Norte fazia a 10/4 e fazia outras obras em Setúbal.

Poderiam continuar a fazer consultas a outras empresas, no entanto, as mesmas poderiam negar-se. A vantagem que tinham naquele sistema de ajuste direto era garantir o interesse público, garantir que a obra avançasse rapidamente e que não ficasse a aboborar por mais uma semana, quinze dias ou um mês. Propunha que se mantivesse, uma vez que aquele tipo

de passos sugeridos já tinha sido dado, tendo-se chegado a uma proposta consistente para fazer a obra.

Naquele sentido, fazia-se uma proposta concreta, àquela empresa concreta para um ajuste direto concreto e não a uma panóplia de empresas que já foram consultadas e não deram resposta positiva. Nunca faziam um ajuste direto que não resultasse de um conjunto de consultas prévias, naqueles casos concretos em que os concursos ficavam desertos. Os concursos ficavam desertos, porque a maioria das empresas não tinha condições para poder concorrer. Tratava-se de um trabalho miudinho, um trabalho complexo e era um trabalho que tinha a grande vantagem de ser feito por uma empresa que já tinha estaleiro montado.

Aquela era a razão, porque entendia que se deveria manter-se o terceiro ponto da proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse compreenderem o argumento apresentado pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, mas ainda assim entendiam que num ajuste direto de cerca de meio milhão de euros mais IVA, seria mais transparente convidar um número mais alargado de empresas a apresentar proposta. Sabiam que quando convidavam uma empresa a apresentar proposta, a mesma poderia apresentar ou não apresentar, poderia apresentar por um valor inferior ou poderia apresentar por um valor superior, ficando necessariamente excluída.

Disse que a sua bancada considerava mais avisado que num ajuste direto daquela dimensão fosse considerada à partida a possibilidade de serem consultadas mais empresas, independentemente das consultas que pudessem eventualmente de terem sido feitas informalmente, mas consideravam ser necessário formalizar as consultas e o convite para outras empresas apresentarem ou não, proposta para aquele ajuste direto e era naquele sentido que mantinham a proposta. Caso a proposta não fosse aceite, solicitavam que as deliberações fossem votadas ponto a ponto.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que acabaram de fazer um concurso público e todas as empresas puderam concorrer.

Referiu que um ajuste direto não se fazia a várias empresas, fazia-se a uma empresa concreta, sendo que constava ali uma proposta de ajuste direto de uma empresa concreta. Falaram com várias empresas que não estiveram interessadas ou não puderam, razão pela qual optaram por aquela empresa, porque foi a empresa que poderia fazer a obra. Não se fazia um ajuste direto a várias empresas, um ajuste direto não era uma consulta a empresas.

Não poderia ir à reunião de câmara uma consulta empresas, mas sim uma proposta concreta de ajuste direto à empresa concreta, caso contrário não seria um ajuste direto. Mais transparente do que um concurso público não era possível. Acabara de dizer que sistematicamente faziam contactos e consultas com todas as empresas que trabalhavam com a câmara e que verificavam terem capacidade para o respetivo trabalho e as empresas respondiam que sim ou que não. Disse terem outros ajustes diretos feitos de outra dimensão.

O senhor Vereador estava preocupado com a dimensão, enquanto ele estaria preocupado com a obra e com a capacidade de fazer serviço público, pelo que arriscavam atrasar aquela decisão mais algum tempo, para depois caírem na mesma solução, uma vez que já tinham feito consultas, exceto se o senhor Vereador tivesse empresas para que pudesse contactar e voltasse a fazer a segunda, terceira ou quarta tentativa de empresas ainda não consultadas. Não lhe parecia que houvesse vantagem naquele procedimento, porque a alternativa seria abrir novo concurso público, causando mais atraso, pelo que não via qual seria a vantagem. Disse que do ponto de vista objetivo, aquela solução seria a adequada ao interesse público, depois de tudo o que fizeram para chegar àquela situação.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Relativamente ao procedimento, disse que haviam dito, por uma questão de transparência, que deveriam sempre que possível proceder ao concurso público. Pretendia frisar que o preço base para o ajuste direto fosse exatamente igual e a fixação do prazo de execução da empreitada também seria exatamente igual ao concurso.

Disse que a questão da manutenção das passadeiras em Setúbal tinha-se revelado um verdadeiro drama e teria de concordar com o senhor vereador Carlos Rabaçal, porque era uma questão de serviço público, era o mínimo de serviço público, terem passadeiras visíveis que transmitissem segurança aos cidadãos.

Naquele caso em particular, poderiam continuar num acrescente consulta de empresas e de concursos públicos e iriam continuar com o mesmo resultado. Se a fixação do preço base não fosse a mesma e a fixação do prazo não fosse a mesma, não lhe parecia de todo possível que estivessem reunidas as condições e assim sendo não lhe parecia que houvesse questão da sua bancada.

Sr. Presidente – Disse que aquele procedimento era normal dos concursos públicos. Quando se abria um concurso público e existiam empresas que não correspondiam às exigências, o passo seguinte era fazer o convite e o processo de adjudicação direta.

Tratava-se do cumprimento das regras do concurso público. Acrescentava a nota que a senhora Vereadora Sónia Martins colocara, voltar a um concurso público não se poderia convidar duas empresas para fazer a obra.

Naquele momento o que estava ali em causa era convidar ou não uma empresa para fazer a obra, não convidavam duas, três ou quatro empresas para fazer a obra, aquilo seria os procedimentos normais, exceto se entendessem não fazer o ajuste direto e nessas condições teriam de abrir um novo procedimento e depois seriam mais três ou quatro meses de atraso.

A senhora Vereadora Sónia Martins colocara bem a questão de perderem mais tempo.

Disse que tinham cumprido aquilo que eram os procedimentos legais sobre aquela matéria e era aquilo que estava em causa.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ser verdade que tinha sido aberto concurso público e bem, mas também era verdade que estavam perante os mesmos valores e os mesmos prazos. Estando a Câmara a convidar uma empresa a apresentar proposta exatamente nos mesmos termos em que decorrera o concurso público, sendo que aquela empresa entendera por algum motivo não concorrer e tendo em conta que estariam a falar cerca de meio milhão de euros, mais IVA, consideravam que seria mais avisado que fossem convidadas três empresas a apresentar a sua melhor proposta para aquele ajuste direto.

Aquela seria a proposta da sua bancada. Se fosse entendimento do senhor Vereador Carlos Rabaçal que aquela proposta não fosse exequível, solicitava que aquela deliberação fosse votada, ponto a ponto.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que já tinham feito aquele processo, não poderia vir uma proposta de três empresas, teria que vir a empresa concreta que era a convidada para fazer obra. Chamou a atenção ao senhor vereador para se preparar para aquilo que iria surgir, porque em todo o país, estariam a fazer ajuste direto por interesse público de três, de quatro e de cinco milhões de euros, resultante de concursos públicos desertos a decorrer no quadro do PRR. Significava que o interesse público impunha que se convidasse a empresa que realizasse a obra. Geralmente aparecia uma empresa ou duas empresas no máximo com capacidade para executar a obra e faziam daquela maneira e resolviam os problemas ou então andavam naquela conversa. Eram feitos ajuste diretos com três, quatro, cinco ou seis milhões de euros em ajuste direto, exatamente pelos mesmos critérios e pela mesma razão. Disse ser preciso que ficasse claro do que tratavam, não eram coisas fáceis que estavam em cima da mesa em termos do setor da construção.

Sr. Presidente – Disse que o que estava em causa, como já dissera, era o procedimento normal de um concurso público que tinha sido aberto em 25 de outubro, mediante uma deliberação da Câmara Municipal e que voltara àquele procedimento. A situação era reconhecida por todos, tratava-se da segurança na via pública, pelo que deveriam avançar com aquele procedimento, compreendendo o quadro legal, que estava estabelecido conforme estava identificado na proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 66/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DOM – CP 07/2024/DOM - “PRR Acessibilidades 360 vias públicas”: Abertura de procedimento de contratação pública; Concurso Público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 4.

Ausentou-se da sala o senhor Vereador Fernando José.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que se congratulava com aquela candidatura. Na altura quando saíra o aviso apresentou em reunião de câmara a temática, dando a sugestão de que seria positivo a Câmara Municipal poder aproveitar. Disse pretender fazer ênfase do trabalho feito pelos serviços da Câmara Municipal naquela matéria, o qual foi exemplar. Daquilo que percebera da proposta, questionou se as intervenções que iriam ser feitas seriam ao nível da circulação e mobilidade, porque a candidatura abrangia outras intervenções, nomeadamente habitações relacionadas com a condição de deficiência e os edifícios com atendimento ao público. Questionou se foram equacionadas também aquelas outras áreas. Fazia votos que passassem da candidatura à implementação, porque era muito importante que se tornasse uma cidade cada vez mais acessível e igual. Na sequência daquilo que dissera a senhora vereadora Patrícia Paz no início da reunião, a propósito do parque infantil, era aquilo que pretendiam para Setúbal. Muito se congratulava por existir aquela proposta. Disse ser importante poderem abranger as três áreas de intervenção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Confirmou à senhora Vereadora Sónia Martins que cobria o conjunto da candidatura nas várias áreas.

Sr. Presidente – Disse que se tratava de um investimento de um milhão de euros, numa parte importante da cidade de Setúbal, nos principais arruamentos e avenidas da cidade, que tinha como objetivo criar melhores condições à mobilidade e a acessibilidade. Referiu que haveria sempre quem dissesse que não havia investimento e que estava tudo parado.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 67/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DCDJ/DISOC – Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – Apoio financeiro 2024 - RETIRADA

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que na deliberação n.º 67/2024 faltavam documentos anexos à proposta e por uma questão de rigor solicitou que a proposta fosse retirada e apresentada na próxima reunião de câmara, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que não punham em causa quem construía as candidaturas, porque certamente o fazia com todo o cuidado. Aquele era um exemplo de uma candidatura que partia de três pedidos de apoio financeiro e bem por parte da

associação, mas quando liam a fundamentação, chamava-lhes habitualmente o “copy past”, era mais fácil quando tinham um texto único e depois iam adaptando. Naquele caso, como existiam três pedidos de apoio, um para apoios pontuais, um para obras e outro para apoio regular, seria importante haver uma descrição mais fundamentada na proposta.

17. Deliberação n.º 68/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DCDJ/DISOC – GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos - Apoio financeiro 2024

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 69/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos Projetos Desportivos Municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas – 1.º Ciclo”

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 61.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que iriam acompanhar a proposta, mas tal como no passado recente falaram um pouco sobre aquele projeto que consideravam importante para as populações especialmente mais idosas, porque era para elas que se destinava. Pretendiam reafirmar algo que disseram no passado, que era a falta de abrangência que aquele programa tinha a nível do concelho de Setúbal. Voltavam a reafirmar que a partir do ACM, toda a zona a poente da cidade de Setúbal, não tinha oferta naquele programa, estariam a falar do Casal das Figueiras, o Bairro da Anunciada e Grito do Povo. Disse que o programa era destinado a pessoas que tinham muitas vezes dificuldades de se deslocarem para os locais onde eram feitas aquelas atividades, seria importante por parte do município de Setúbal e naquele caso a Divisão de Desporto, de verificar os locais, porque existiam espaços e haveria que aumentar a oferta desportiva.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 70/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2023-2024

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 71/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao CVA Coletivo de Valorização Artística, Associação – Exposições de artes plásticas

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 72/2024 – Proposta n.º 10/2024 – DCDJ/DIJUV – Associação Cultural Sonhicónico – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 e 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 73/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por dois pedidos de inspeção de elevadores - Processo n.º 102/06

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Sr. Vereador Fernando Negrão – À semelhança da deliberação anterior o PSD votaria da mesma forma, favoravelmente as deliberações n.º 74/2024 até à n.º 93/2024 e sugeriu que se fizesse uma votação em conjunto, caso ninguém tivesse opinião contrária.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que acompanhavam quase na íntegra a proposta, mas gostariam de votar de forma diferenciada a deliberação n.º 90/2024, pelo que solicitavam que a mesma não fosse incluída no lote que iria ser votado em bloco.

Não havendo inconveniência por parte da senhora Vereadora Rita Carvalho na votação conjunta, de imediato se colocou à votação as deliberações n.ºs 74/2024 a 93/2024 com exceção da deliberação n.º 90/2024 que seria votada separadamente.

23. Deliberação n.º 74/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 601/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 68 a 72 (ver ponto 22).

24. Deliberação n.º 75/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 765/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 73 a 76 (ver ponto 22).

25. Deliberação n.º 76/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 02/2006 – Processo n.º 989/01

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 22).

26. Deliberação n.º 77/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DURB/DIGU - Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 9/1984 – Processo n.º 454/83

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 22).

27. Deliberação n.º 78/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DURB/DIGU - Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 11/1992 - Processo n.º 657/90

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 22).

28. Deliberação n.º 79/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DURB/DIGU - Indeferimento de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 46/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 22).

29. Deliberação n.º 80/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DURB/DIGU - Indeferimento da pretensão, de alteração de uso – Processo n.º 109/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 22).

30. Deliberação n.º 81/2024 – Proposta n.º 26/2024 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 364/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 22).

31. Deliberação n.º 82/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DURB/GAPRU - Aprovação condicionada de projeto de arquitetura – obras de alteração, com alteração de utilização de habitação para empreendimento turístico – Processo n.º 237/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 22).

32. Deliberação n.º 83/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DURB/GAPRU - Aprovação condicionada de projeto de arquitetura – obras de demolição e construção de edifício destinado a habitação coletiva e comércio/serviços – Processo n.º 340/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 22).

33. Deliberação n.º 84/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DURB/GAPRU - Concessão de licença administrativa de alteração de edifício habitacional – Processo n.º 234/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 22).

34. Deliberação n.º 85/2024 – Proposta n.º 30/2024 – DURB/GAPRU - Concessão de licença administrativa de alteração de edifício habitacional – Processo n.º 164/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 22).

35. Deliberação n.º 86/2024 – Proposta n.º 31/2024 – DURB/GAPRU - Concessão da licença administrativa de alteração e ampliação de edifício de usos mistos – Processo n.º 151/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 22).

36. Deliberação n.º 87/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DURB/GAPRU - Indeferimento do projeto de arquitetura – obras de alteração edifício – Processo n.º 347/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 22).

37. Deliberação n.º 88/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DURB/DIMOT - Reserva de dois lugares de estacionamento afetos à CMS, na Rua Dr. Henrique Constantino

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 89 e 90 (ver ponto 22).

38. Deliberação n.º 89/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DURB/DIMOT - Reserva de dois lugares de estacionamento afetos à Junta de Freguesia de São Sebastião e um lugar destinado ao cidadão com mobilidade reduzida, na Praça General Luís Domingues

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 91 e 92 (ver ponto 22).

39. Deliberação n.º 90/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DURB/DIMOT - Atualização de Tarifário dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry a aplicar em 2024

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 93 e 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 3 abstenções do PS.

40. Deliberação n.º 91/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DURB/DIMOT - Projeto do Regulamento Municipal de Utilização e Funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 95 a 98, (ver ponto 22).

Submetida a votação foi a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

41. Deliberação n.º 92/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DURB/GARIU - Painel Publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 6/17

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 99 a 101, (ver ponto 22).

Submetida a votação foi a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

42. Deliberação n.º 93/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DURB/GARIU - Painel Publicitário c/ 24m2 – Processo n.º 7/17

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 102 a 104, (ver ponto 22).

Submetida a votação foi a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Luís Miguel – Disse que tinha sido despejado de uma casa há ano e meio e vivia numa carrinha que já tinha sido fotografada pela Dra. Paula Soares. Disse ter 80% de incapacidade e não podia dormir no chão, mas ainda tinha 500 pessoas à frente para obter uma casa, porque se encontrava no ponto 2. Devido àquela situação estava sujeito a perder a habitação social, porque não tinham morada. Disse passar muito mal, porque não conseguia dormir na carrinha.

Sr. Presidente – Informou o senhor Luís que a Câmara Municipal não tinha habitações disponíveis.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não havia nenhuma novidade, o senhor tinha sido recebido recentemente e fora informado da sua situação. Poderia ver com os serviços a razão da pontuação e depois dar alguma notícia de “feedback”. Na generalidade os serviços tinham os processos bem instruídos e exceto se houvesse alguma alteração nas condições, pelo que não seria fácil responder. Aquela situação aplicava-se àquele caso e a outro caso que iria aparecer, mas que tinha uma situação menos complicada em termos de acessibilidades, mas seria semelhante.

Sra. Nair Isabel – Disse morar na Rua do Eito há já quase 4 anos. Tivera ordem de despejo pela Dra. Raquel, que lhes dissera caso saíssem a bem ela lhes garantia casa. As outras 3 pessoas que também estavam na mesma situação já tinham sido alojadas. Fora viver para casa do seu sogro, o qual também tivera ordem de despejo.

Disse que vivera muito tempo num carro e naquele momento morava numa casa emprestadas que não tinha condições nenhuma para viver, com as suas três filhas, sendo que uma delas ainda era uma bebé muito doente e naquela casa que deixava passar a chuva.

Disse que fez aquilo que a Dra. Raquel lhe pedira, no entanto, ainda tinha 40 pessoas à sua frente na lista da câmara.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tratava de uma situação relacionada com a ocupação das casas municipais da Rua do Eito, as quais iriam entrar em obras. Aquelas pessoas entraram na lista normal de acesso à habitação, conforme as prioridades que estavam definidas. A senhora Nair tinha uma pontuação de 4,40 e estava na 40.^a posição para acesso a um T2. Aquela era a situação que tinham e não se poderia dizer outra coisa.

Sr. Presidente – Informou a senhora Nair que a câmara não tinha casas disponíveis, referiu que as vagas iam surgindo muito devagar, não indo ao encontro daquilo que eram as necessidades das pessoas, pelo que teria de aguardar mais algum tempo.

Sr. Igor Pereira – Disse que se solidarizava com as pessoas que o antecederam, porque infelizmente a Câmara Municipal não tinha possibilidade de resposta para com os setubalenses.

Relativamente ao contrato de concessão entre a Câmara Municipal de Setúbal e a empresa Data Rede, com uma duração prevista de 40 anos, disse que não fazia muito sentido que o senhor Presidente tivesse defendido naquele local, no dia 10 de janeiro, os motivos pelo qual a antiga Presidente optara por aquele tipo de gestão.

Questionou se a empresa Data Rede, no contrato de concessão, tinha alguma previsão legal que não obrigasse a seguir a legislação prevista no Código de Estradas. Disse que percorrera as avenidas do município e constataria diversas irregularidades, se considerassem o Código de Estradas, como seria o exemplo do artigo n.º 49, n.1, alínea a), b) e d), que tratava da proibição de estacionamento em lugares de visibilidade insuficiente, a menos de 5 metros de cruzamentos, entroncamentos e passagens assinaladas para a travessia de peões. No artigo n.º 49, n.º 2, alínea a), também era proibida a paragem ou o estacionamento em curvas e lombas de visibilidade reduzida.

Questionou de quem era a responsabilidade pela instalação através de marcações em vias públicas daqueles estacionamentos que desrespeitavam o Código de Estradas, se seria da Câmara Municipal ou da Data Rede. Questionou quando e como seria feita a verificação daqueles factos. Caso fossem confirmados, questionou qual seria a sanção adotada para com os responsáveis, fossem eles da Câmara Municipal ou da Data Rede.

Questionou qual seria a posição da Câmara Municipal relativamente a determinados indivíduos que ficavam em torno dos estacionamentos, extorquindo e ameaçando danificar o património privado e em alguns casos com ameaças físicas, no mesmo local onde a lei era aplicada em forma de multas caso não fosse feito o pagamento prévio para a utilização daquele serviço, sendo palco para atos ilícitos e à margem da lei.

Alertou o senhor Presidente para os riscos daquele tipo de situação com a chegada do verão, pois achava que Setúbal não queria ser conhecida pelos seus turistas, como uma cidade onde as pessoas eram extorquidas e ameaçadas por falsos guardadores de carros.

Sugeriu uma redução ou até isenção do pagamento em período de baixa temporada, uma vez que a justificação dada pelo senhor Presidente, seria para aliviar e facilitar a utilização de todos os restaurantes e lojas da baixa de Setúbal por parte dos turistas, para que tivessem mais possibilidades de mobilidade para estacionar os seus carros próximos da baixa. A antiga gestão optara por estacionamento pago, que acabava por não cumprir a sua função e prejudicava a baixa temporada.

Sr. Presidente – Informou o senhor Igor Pereira que a Câmara Municipal estabelecera um contrato com a Data Rede, havendo obrigações por parte da empresa, para além do acompanhamento dos serviços junto da empresa, que avaliavam as situações e nos termos do contrato aplicariam certamente as contraordenações adequadas.

Disse que algumas das situações que senhor Igor identificara, solicitara que fizesse chegar aos serviços municipais para que fossem avaliadas as situações, no sentido de poderem proceder em conformidade, nos termos do contrato que estava estabelecido. O contrato não era para penalizar as pessoas, mas para servir as pessoas.

Quando havia situações que não eram aceitáveis como aquelas que o senhor Igor referira, a Câmara Municipal tinha a obrigação de atuar em conformidade, por essa razão solicitava que fizesse chegar a informação aos serviços para poderem atuar em conformidade.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que no seguimento da informação que o senhor Presidente acabara de prestar, questionou se naquele processo de fiscalização que o município fazia junto da empresa, se alguma das vezes a empresa tinha sido autuada com uma contraordenação, no seguimento das várias queixas que tinham surgido, sendo da responsabilidade do município aquela averiguação.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador que os serviços da Câmara Municipal tinham uma relação estreita com a empresa e quando lhes chegavam informações do não cumprimento do contrato a empresa era notificada. Muitas das vezes repunha-se a normalidade, noutras vezes não, sendo que as mesmas estariam a ser equacionadas juridicamente, com os procedimentos adequados.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de abril de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 37 folhas numeradas.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio